

Companhia do Metrô da Bahia

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2019 e 2018 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia ou Companhia), acompanhado das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019 e do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 Apresentação

A CCR Metrô Bahia é uma empresa do Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessões em infraestrutura da América Latina. Desde 2013, a concessionária é responsável pela construção, manutenção e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), por um período de 30 anos, através de uma Parceria Público-Privada (PPP), com investimentos na ordem de R\$ 5,8 bilhões. Além disso, foi o sistema metroviário que mais cresceu na América Latina nos últimos anos, gerando cerca de oito mil empregos no auge das obras.

O metrô é um importante vetor da ampliação da mobilidade urbana de Salvador, contribuindo com a redução de gargalos na cidade e região metropolitana. Trouxe melhoria da qualidade ambiental, com redução do número de veículos nas ruas, e melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos, com um sistema de transporte público moderno, rápido, seguro e sustentável.

1.3 Destaques de 2019

Com investimento de cerca de R\$ 0,1 bilhão, a concessionária foi responsável pela implantação do SMSL, colocando a cidade de Salvador como uma das três capitais brasileiras a ter o modal interligando o centro ao aeroporto. Atualmente, a CCR Metrô Bahia opera duas linhas metroviárias, com 33 km de extensão, 20 estações, 7 terminais de integração com ônibus, frota de 40 trens, emprega cerca de 1.300 colaboradores e possui mais de 2 mil câmeras de monitoramento interligadas ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Em 2019, a Companhia concluiu a implantação das obras e serviços previstas no Termo Aditivo nº 6, tais como: Estoques de ônibus localizados nos Terminais de Integração de Pirajá, Acesso Norte e Mussurunga, bem como a concessionária iniciou as obras de ampliação do Terminal Aeroporto e a implantação do Terminal Rodoviária Sul. Essas obras, quando concluídas, permitirão transportar cerca de 600 mil clientes por dia.

A CCR Metrô Bahia transportou quase 107 milhões de pessoas em 2019 e realizou mais de 305 mil viagens. No total, os trens percorreram mais de 5 milhões de quilômetros, o equivalente a cerca de 126 voltas no planeta terra. Desde 2014, início da operação, a Concessionária já transportou mais de 265 milhões de pessoas.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2

2.1 O mercado

O SMSL está inserido em uma região de grandes polos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, tendo como destaque os setores de comércio, serviços, educação e saúde. A implantação do SMSL possibilita mais benefícios sociais e qualidade de vida, expressos pela redução do tempo de viagem despendido pela população e pela redução da emissão de poluentes, modernizando e solucionando parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, reestruturando o sistema viário, integrando com outros modais e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente.

2.2 Desempenho da Companhia

R\$ mil	2019	2018	Variação %
Receita Operacional	789.922	1.006.168	- 21%
Custos e despesas totais	(475.641)	(805.634)	- 41%
Resultado Financeiro	(324.182)	(137.793)	135%
Resultado Líquido	(6.716)	40.292	- 117%
Dívida Bruta	3.404.078	3.553.275	- 4%

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro

2.2.1 Receita operacional

A receita metroviária em 2019 totalizou R\$ 427.969 (97% superior à 2018) e representou 91% do total da receita (exclusive receita de construção e receita de remuneração dos ativos). O incremento da receita metroviária é consequência de um crescimento vegetativo impulsionado pelas ações de cunho social promovidas pela concessionária, pelas mídias positivas e pela qualidade na prestação de serviços. Já a receita de construção apresentou redução de 80% (de R\$ 504.901 para R\$ 98.625) devido o menor volume de investimentos em 2019 com a finalização de implantação do projeto.

2.2.2 Custos e despesas totais

O principal motivo da variação dos custos e despesas totais está relacionado aos menores custos de construções, devido à redução no volume de investimentos em 2019 ocasionado pela conclusão de implantação do projeto.

2.2.3 Resultado líquido

O resultado da Companhia sofreu uma queda devido, principalmente, ao pagamento do acordo judicial com Thales/Omnisys.

2.2.4 Dívida

Em 2019, a Companhia realizou amortizações do financiamento de longo prazo contratado no ano de 2015 junto ao BNDES reduzindo a dívida bruta de R\$ 3.553.275 em 2018 para R\$ 3.404.078 em 2019.

2.3 Perspectivas

Em 2020, a Companhia prevê a assinatura do Termo Aditivo nº 7 contemplando o reequilíbrio de investimentos a favor da Companhia, e a continuidade do seccionamento de linhas de ônibus a fim de proporcionar aumento da integração com o SMSL e agregação de valor na Receita Operacional da Companhia.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Luis Augusto Valença de Oliveira o Presidente do Conselho, Igor de Castro Camillo e Luciano José Porto Fernandes os demais membros efetivos. A Diretoria, composta por dois membros, foi eleita pelo Conselho de Administração sendo Rodolfo Daniel Gonzalez (Diretor Presidente) e Roberto Vollmer Labarthe (Diretor Administrativo Financeiro).

3.2 Gestão de Pessoas

Sabemos que o sucesso do negócio depende de profissionais devidamente qualificados e comprometidos com os objetivos estratégicos da Companhia. Para isso, é necessário assegurar a atração, a retenção e o desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2019, reestruturamos e otimizamos o quadro de pessoal da Companhia, seguido de treinamentos e qualificações para os colaboradores, visando a implantação do modelo de gestão, normas e procedimentos do Grupo CCR. Encerramos o ano com 1.309 colaboradores diretos atuando na concessionária.

Foram investidos R\$ 385.000 mil em programas de capacitação dos colaboradores, correspondendo a 28 mil horas de treinamento. Além disso, conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem-estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é entendida pelo Grupo CCR como um pilar estratégico para impulsionar a geração de valor no longo prazo para seus acionistas, clientes, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria e mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação da Controladora CCR S.A, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade no Grupo CCR é decidida coletivamente através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as unidades de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise de todos os projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável por performar todo o investimento socioambiental.

Um sólido conjunto de políticas corporativas cria a base para que a gestão da sustentabilidade ocorra de forma homogênea em todos os negócios e em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR.

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse.

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em <http://www.grupoccr.com.br/ri2018/index.html>.

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Carbon Disclosure Program (CDP)*: coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.2 Reconhecimentos

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela CCR Metrô Bahia em 2019 foram:

- ✓ Presença na 15ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial;
- ✓ A CCR Metrô Bahia ganhou o prêmio de Melhores Práticas 2019 – ANPTrilhos com o case de sucesso “Interoperabilidade de cartões e gestão financeira da integração entre os sistemas de transporte”.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

A CCR Metrô Bahia agradece, ao Acionista pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo do Estado da Bahia, às Prefeituras Municipais de Salvador e Lauro de Freitas, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

Salvador, 16 de março de 2019.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metrô da Bahia**
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metrô da Bahia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metrô da Bahia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernanda Tessari
Contadora CRC 1SP252905/O-2

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.247	56.640
Aplicações financeiras	6	63.448	23.661
Ativo financeiro	8	215.972	280.616
Adiantamento à fornecedor		8.044	56.193
Tributos a recuperar		8.433	12.073
Contas a receber	7	153.212	30.923
Contas a receber - partes relacionadas	10	63	227
Contas a receber - operação com derivativos	20	-	72
Estoques (materiais sobressalentes)		9.396	8.879
Despesas antecipadas e outros		6.381	6.722
		<u>469.196</u>	<u>476.006</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	7	39.467	-
Ativo financeiro	8	1.723.644	1.740.119
Tributos a recuperar		2.353	5.124
Tributos diferidos	9b	83.365	82.088
Despesas antecipadas e outros		789	578
		<u>1.849.618</u>	<u>1.827.909</u>
Imobilizado			
Intangível	11	40.056	47.591
Intangível em construção	12	2.749.107	2.315.806
		<u>20.349</u>	<u>493.891</u>
Total do ativo não circulante		<u>4.659.130</u>	<u>4.685.197</u>
Total do ativo		<u>5.128.326</u>	<u>5.161.203</u>

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Financiamentos	13	59.552	52.447
Debêntures	14	-	466.509
Fornecedores	15	119.794	168.698
Contas a pagar - operações com derivativos	20	-	832
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	3.456	6.300
Impostos e contribuições a recolher		955	1.944
Obrigações sociais e trabalhistas		21.762	25.739
Outras contas a pagar		1.121	328
		<u>206.640</u>	<u>722.797</u>
Não circulante			
Financiamentos	13	3.344.526	2.971.910
Debêntures	14	-	62.405
Outras obrigações		81	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	1.249	247
Total do passivo não circulante		<u>3.345.856</u>	<u>3.034.562</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17a	1.745.342	1.570.342
Prejuízos acumulados		(169.512)	(166.793)
Ajuste de avaliação patrimonial	17b	-	295
		<u>1.575.830</u>	<u>1.403.844</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.128.326</u>	<u>5.161.203</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	18	795.978	1.006.168
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(98.625)	(504.901)
Serviços		(25.815)	(34.712)
Depreciação e amortização	11 e 12	(88.379)	(54.910)
Custo com pessoal		(87.665)	(92.727)
Energia elétrica		(30.740)	(28.660)
Materiais equipamentos e veículos		(8.667)	(9.546)
Outros		(13.034)	(19.661)
		<u>(352.925)</u>	<u>(745.117)</u>
Lucro bruto		<u>443.053</u>	<u>261.051</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(15.966)	(26.707)
Serviços		(26.291)	(15.246)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.945)	(1.996)
Depreciação e amortização	11 e 12	(2.146)	(4.987)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.019)	(1.618)
Ressarcimento ao usuário		(1.787)	(4.841)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(508)	(2.051)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(34)	(12)
Indenizações contratuais	15	(59.453)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(1.002)	(193)
Despesas legais e judiciais		(2.751)	(322)
Outros		(9.572)	(3.873)
		<u>(123.474)</u>	<u>(61.846)</u>
Outros resultados operacionais		<u>758</u>	<u>1.329</u>
Resultado antes do resultado financeiro		320.337	200.534
Resultado financeiro	19	<u>(324.182)</u>	<u>(137.793)</u>
(Prejuízo) / Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.845)	62.741
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>1.126</u>	<u>(22.449)</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(2.719)	40.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(2.719)	40.292
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	760	10.512
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(1.206)	(12.557)
Imposto de renda e contribuição social	151	695
	<u>(295)</u>	<u>(1.350)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(3.014)</u>	<u>38.942</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>			
	<u>Subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	755.342	(207.085)	1.645	549.902
Aumento de capital em 31 de janeiro de 2018	247.000	-	-	247.000
Aumento de capital em 27 de setembro de 2018	263.000	-	-	263.000
Aumento de capital em 29 de novembro de 2018	305.000	-	-	305.000
Lucro líquido do exercício	-	40.292	-	40.292
Outros resultados abrangentes	-	-	(1.350)	(1.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.570.342</u>	<u>(166.793)</u>	<u>295</u>	<u>1.403.844</u>
Aumento de capital em 02 de maio de 2019	90.000	-	-	90.000
Aumento de capital em 27 de junho de 2019	85.000	-	-	85.000
Prejuízo do exercício	-	(2.719)	-	(2.719)
Outros resultados abrangentes	-	-	(295)	(295)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.745.342</u>	<u>(169.512)</u>	<u>-</u>	<u>1.575.830</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(2.719)	40.292
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.126)	22.449
Depreciação e amortização	90.525	59.897
Baixa do ativo imobilizado e intangível	599	159
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	326.015	375.981
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	(229.007)	(249.118)
Resultado de operações com derivativos	(271)	-
Capitalização de custo de empréstimos	-	(237.615)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(16)	(234)
Provisão para perda esperada - contas a receber	34	12
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.229	3.987
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas	48	23
Juros e variações monetárias sobre mútuo com partes relacionadas	-	178
	190.030	(24.281)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(161.790)	(23.714)
Contas a receber - partes relacionadas	164	(176)
Tributos a recuperar	6.411	12.122
Ativo financeiro	(34.456)	(240.597)
Recebimento ativo financeiro	364.816	507.765
Despesas antecipadas e outros créditos	130	202
Estoques	(517)	(921)
Ressarcimento de obras efetuadas	4.534	-
Adiantamento a fornecedores	(2.968)	32.082
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(41.636)	(62.920)
Fornecedores - partes relacionadas	(2.253)	13.317
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.896)	(1.513)
Impostos e contribuições a recolher	(989)	(11.185)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(2.275)	(3.818)
Outras contas a pagar	793	(257)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	313.379	236.398
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.099)	(3.555)
Adições ao ativo intangível	(24.949)	(293.991)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(39.787)	(20.383)
Liquidação da operação com derivativos	271	13.860
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(65.564)	(304.069)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos com partes relacionadas:		
Pagamentos	-	(175.537)
Financiamentos e debêntures:		
Captações	404.749	611.314
Pagamentos de principal	(560.191)	(846.624)
Pagamentos de juros	(319.766)	(305.872)
Integralização de capital	175.000	815.000
Caixa líquido (usado) nas / proveniente das atividades de financiamento	(300.208)	98.281
(Redução) / Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(52.393)	30.610
Demonstração (redução) / aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	56.640	26.030
No final do exercício	4.247	56.640
	(52.393)	30.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia, com sede localizada na rua Afeganistão do bairro Calabetão em Salvador – BA, tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada pelo Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos terminais de integração de passageiros, a implantação e gestão do sistema de bilhetagem eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do contrato de concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A Concessão compreende os terminais de integração de passageiros, sendo eles: Acesso Norte, Retiro, Pirajá, Rodoviária Norte, Rodoviária Sul, Pituacu, Mussurunga e Aeroporto; e, duas linhas metroviárias abrangendo 23 Estações, sendo elas: Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte 1, Acesso Norte 2, Retiro, Bom Juá, Pirajá, Campinas, Cajazeiras/Águas Claras, Detran, Rodoviária, Pernambués, Imbuí, CAB, Pituacu, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto e Lauro de Freitas, num total de 41km de linha metroviária, sendo que a operação se desenvolverá de acordo com os Marcos Operacionais previstos no Contrato.

A Companhia do Metrô da Bahia, de capital fechado, foi constituída em 9 de setembro de 2013 e o Contrato de Concessão assinado com o Governo do Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013, pelo prazo de 30 anos.

Em 25 de agosto de 2014, foram inaugurados a estação e o terminal de integração de ônibus de Retiro, pertencentes à Linha 1.

Em 23 de abril de 2015, a Companhia inaugurou a estação Bom Juá, pertencente à Linha 1.

Em 13 de maio de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, que desmembrou o Evento de Aporte nº 5 em 3 novos eventos, sem alteração do valor total.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Transferência para a Companhia do Metrô da Bahia da responsabilidade pelo fornecimento da instalação de duas subestações retificadoras de energia elétrica;
- Adequação do projeto do Complexo de Manutenção de Pirajá e da localização da Estação Pirajá, para viabilizar a implantação do Trecho 3 da Linha 1 até Cajazeiras;
- Alteração do modelo operacional e de interligação das Linhas 1 e 2 do SMSL da Estação Bonocô para a Estação Acesso Norte;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em decorrência das alterações acima mencionadas; e
- Reprogramação dos eventos de aportes previstos originalmente no Contrato de Concessão e no Aditivo nº 1, sem alteração do seu valor total, e dos marcos operacionais.

Em 11 de janeiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Acesso Norte, pertencente às Linha 1 e Linha 2.

Em 04 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Estação de Pirajá, pertencente à Linha 1.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 15 de maio de 2016, a Companhia iniciou a operação plena da Linha 1, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5 horas da manhã até à meia noite, inclusive sábados, domingos e feriados.

Em 3 de outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Desmembramento de alguns eventos de aportes, modificados a partir do termo aditivo nº 2, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos, pela Companhia, guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas;
- Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos.

Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

Em 23 de maio de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Pernambués, Imbuí, CAB e Pituaçu), totalizando quinze estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, sete na Linha 2 e mais de 20 quilômetros de via.

Em 25 de julho de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Reequilíbrios econômico-financeiro do Contrato em decorrência de investimentos não previstos (R\$ 172.936 – base 04/2013);
- Reprogramação de alguns eventos de aportes e de marcos operacionais, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço e no recebimento dos aportes de recursos.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga), totalizando dezenove estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, onze na Linha 2 e 29 quilômetros de via em operação. Além disso, concluiu a reforma do Terminal de Ônibus Mussurunga.

Em 11 de outubro de 2017, por decisão do Poder Concedente, foi efetuada amortização antecipada de parte das contraprestações ajustadas no Aditivo 4 ao Contrato de Concessão, no montante de R\$ 100.000, sendo que os saldos remanescentes foram considerados no Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão assinado em 4 de junho de 2018.

Em 04 de janeiro de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Rodoviária Norte, pertencente a Linha 2.

Em 23 de março de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pituaçu, pertencente à Linha 2.

Em 26 de abril de 2018, a Companhia inaugurou a estação Aeroporto, pertencente à Linha 2, bem como o serviço de “*shuttle*”, composto por um sistema de coletivos integrados para levar passageiros até terminal aéreo.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 4 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão, que ratificou o montante de contraprestação anual marginal a ser pago pelo Poder Concedente com o desmembramento das contraprestações anuais marginais 4, 5 e 6 para as contraprestações 7, 8 e 9, respectivamente, e após o pagamento antecipado de R\$ 100.000 em 11 de outubro de 2017, o qual havia sido firmado no Termo de Compromisso celebrado em 25 de julho de 2017, para fins de amortização de investimentos reequilibrados no Termo Aditivo nº 4. Essa antecipação de pagamento quitou integralmente a contraprestação anual marginal 3 e parcialmente as contraprestações anuais marginais 4 e 6.

Em 08 de agosto de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Aeroporto, pertencente a Linha 2.

Em 07 de fevereiro de 2019, foi assinado o Termo Aditivo nº 6 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu alterações nas obrigações contratuais referentes à investimentos, redefinição das contraprestações incluindo 3 contraprestações marginais, redefinição do cronograma de Eventos de Aporte e Marcos Operacionais, inclusão da operação transitória do Marco Operacional 7 e início da operação plena do SMSL.

Em 28 de fevereiro de 2019, foram assinados os Termos de Recebimento Definitivo dos Marcos Operacionais 3, 4, 5 e 6, além do Termo de Recebimento Final do SMSL, dando então início à Operação Plena.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR ou VJORA:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ao VJR ou VJORA. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR ou ao VJORA, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos e passivos financeiros são mensurados ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- Forem mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- **Mensuração e desconhecimento**

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa, em que a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é mensurada ao VJORA.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros como *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- Aplicações financeiras

Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “m”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação do balanço.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de passageiros, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

n) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas:

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

A CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2).

- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro**

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

- o) ***Novas normas e interpretações ainda não efetivas***

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 16 de março de 2020, foi autorizado pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2m	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
9b	Impostos diferidos
12	Amortização dos ativos intangíveis
16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
20	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais.

Operações de NDF de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentados as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 13, 14 e 20.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na respectiva nota explicativa 13.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	327.191	337.671	332.704	332.704	6.265.934
Fornecedores e outras contas a pagar	120.915	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	3.456	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2019	2018
Caixa e bancos	321	2.277
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	3.926	54.363
	<u>4.247</u>	<u>56.640</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	63.448	23.661
	<u>63.448</u>	<u>23.661</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 98,47% do CDI, equivalente a 5,85% ao ano (98,42% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	2019	2018
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	34.283	30.676
Receitas de mitigação de demanda (b)	118.403	-
Receitas acessórias (c)	572	259
	153.258	30.935
Provisão para perda esperada - contas a receber (d)	(46)	(12)
	153.212	30.923
Não Circulante		
Receitas de mitigação de demanda (b)	39.467	-
	39.467	-

Idade de Vencimento dos Títulos

	2019	2018
Crédito a vencer	192.528	30.835
Créditos vencidos até 60 dias	140	79
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	11	9
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	41	7
Créditos vencidos há mais de 180 dias	5	5
	192.725	30.935

- (a) Créditos a receber da Companhia Metropolitana da Bahia decorrentes de serviços prestados aos usuários;
- (b) Refere-se a créditos do Metrô Bahia a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor no período de 1º de março de 2019 à 31 de dezembro de 2019 em comparação à demanda projetada no anexo 8 do contrato de concessão. O valor será recebido em 12 parcelas mensais, a partir de março de 2020;
- (c) Créditos de receitas acessórias (locação de painéis publicitários e aluguel de espaços) previstas nos contratos de concessão; e
- (d) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Ativo financeiro

	2018		2019				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transfereência	Outros	
Circulante							
Aporte público (i)	93.060	-	(81.522)	14.001	-	(5.411) (a)	20.128
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	187.556	31.752	(283.294)	1.854	255.464	2.512 (b)	195.844
Total ativo circulante	280.616	31.752	(364.816)	15.855	255.464	(2.899)	215.972
Não circulante							
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	1.740.119	25.837	-	213.152	(255.464)	-	1.723.644
Total não circulante	1.740.119	25.837	-	213.152	(255.464)	-	1.723.644

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, sendo que os valores são registrados pelo seu valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas.

O recebimento será da seguinte forma: (i) aporte público: ao término da implantação de cada evento operacional e (ii) contraprestação pecuniária – parcela fixa: após o início das operações e mensalmente de forma crescente até o término da concessão.

- (a) Refere-se a reprogramação do fluxo de caixa a valor presente conforme Termo Aditivo Modificativo nº 6; e
- (b) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do Contrato de Concessão.

Cronograma de recebimento – não circulante

2021	170.015
2022	155.136
2023	141.359
2024	128.851
2025 em diante	1.128.283
	<u>1.723.644</u>

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.845)	62.741
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.307	(21.332)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	141	(873)
Despesas indedutíveis	(329)	(220)
Outros ajustes tributários	7	(24)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>1.126</u>	<u>(22.449)</u>
Impostos diferidos	<u>1.126</u>	<u>(22.449)</u>
	<u>1.126</u>	<u>(22.449)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>29,28%</u>	<u>35,78%</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Saldo em 2019					
	2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
	IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	580.536	73.078	-	653.614	653.614
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.361	(768)	-	2.593	2.593	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	4	12	-	16	16	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	84	341	-	425	425	-
Déficit com receita tarifária	3.748	645	-	4.393	4.393	-
Resultado de operações com derivativos	4.376	-	151	4.527	4.527	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(265.461)	(64.632)	-	(330.093)	-	(330.093)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(244.628)	(7.606)	-	(252.234)	14.227	(266.461)
Outros	68	56	-	124	124	-
	82.088	1.126	151	83.365	679.919	(596.554)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(596.554)	596.554
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	82.088	1.126	151	83.365	83.365	-

	Saldo em 2018					
	2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
	IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	451.071	129.465	-	580.536	580.536
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.764	597	-	3.361	3.361	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	4	-	4	4	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	18	66	-	84	84	-
Déficit com receita tarifária	2.144	1.604	-	3.748	3.748	-
Resultado de operações com derivativos	(1.031)	4.712	695	4.376	4.376	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(188.838)	(76.623)	-	(265.461)	-	(265.461)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(162.286)	(82.342)	-	(244.628)	28.523	(273.151)
Outros	-	68	-	68	68	-
	103.842	(22.449)	695	82.088	620.700	(538.612)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(538.612)	538.612
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	103.842	(22.449)	695	82.088	82.088	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2020	18.802
2021	32.478
2022	37.319
2023	41.571
2024 em diante	523.444
	<u>653.614</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação), composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladas, os profissionais chave da administração e outras partes relacionadas:

	2019				
	Transações			Saldos	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Receitas brutas	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e outras contas a pagar
Controladoras					
CCR	3.097 (a)	-	-	-	242 (a)
CPC	3.859 (b)	-	-	-	302 (b)
Outras partes relacionadas					
Barcas	-	-	-	-	9 (c)
SAMM	237 (e)	-	-	-	-
ViaSul	-	-	-	18 (c)	-
ViaQuatro	-	-	-	15 (c)	-
Via Mobilidade	-	-	-	14 (c)	12 (c)
Consórcio Mobilidade Bahia	138 (d)	3.375 (d)	-	-	2.891 (d)
Camargo Correa Infra Construções S.A	-	-	47 (g)	16 (g)	-
Total, 31 de dezembro de 2019	7.331	3.375	47	63	3.456

	2018					
	Transações				Saldos	
	Custos de construção	Serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Despesas Financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e outras contas a pagar
Controladora						
CCR	-	2.814 (a)	-	178 (f)	34 (c)	424 (a)
CPC	-	3.725 (b)	2.676 (b)	-	61 (c)	291 (b)
Outras partes relacionadas						
AutoBAn	-	-	-	-	13 (c)	2 (c)
SAMM	-	170 (e)	-	-	-	-
ViaOeste	-	-	-	-	56 (c)	15 (c)
ViaQuatro	-	-	-	-	5 (c)	14 (c)
Via Mobilidade	-	-	-	-	58 (c)	-
Consórcio Mobilidade Bahia	5.064 (d)	-	3.337 (d)	-	-	5.554 (d)
Construções e Comércio Camargo Correa S.A	24.578 (d)	-	-	-	-	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	24.578 (d)	-	-	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	54.220	6.709	6.013	178	227	6.300

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração (h):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.175	3.675
Outros benefícios:		
Provisão de remuneração variável		
Provisão para remuneração variável no ano a pagar no ano seguinte	2.068	2.295
(Reversão) complemento de PPR do ano anterior pago no ano	(2.019)	1.299
Previdência privada	-	78
Seguro de vida	3	8
	1.227	7.355

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração dos administradores (h)	2.142	2.446

Na Assembleia Geral Ordinária realizada (AGO) em 26 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- c) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- d) O Metrô Bahia e o Consórcio Mobilidade Bahia firmaram, em 13 de junho de 2014, contrato por administração sob regime de aliança com o objetivo de alcançar a melhor relação custo/benefício para a execução da expansão do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas

Tendo em vista a conclusão do escopo do Contrato, as Partes, em 14 de novembro de 2018, formalizaram o Termo de Encerramento de Aliança, o qual estabeleceu o fim da aliança e definiu os procedimentos e responsabilidades a serem observados pelas Partes em relação ao encerramento.

- e) Contrato de prestação de serviços de transmissão de dados e internet com vigência até junho de 2020; e
- f) Contrato de mútuo, remunerado à variação de 127,67% do CDI, cujo vencimento ocorre em 31 de dezembro de 2020. Em 04 de janeiro de 2018, o contrato foi liquidado antecipadamente;
- g) Contrato de cessão de espaço com vigência até março de 2022; e
- h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)		
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.385.527	1.839	519.628	(6.053)		2.900.941
Direitos de uso de sistemas informatizados		5.064	-	2.945	-		8.009
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	550	(253)	-		297
Intangível		2.390.591	2.389	522.320	(6.053)		2.909.247
Intangível em construção		493.891	15.302	(519.455)	30.611		20.349
Total do custo		2.884.482	17.691	2.865	24.558		2.929.596
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura	(c)	(72.415)	(84.112)	-	-		(156.527)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(2.370)	(1.243)	-	-		(3.613)
Total amortização		(74.785)	(85.355)	-	-		(160.140)
Total geral		2.809.697	(67.664)	2.865	24.558		2.769.456

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018				Saldo final
		Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Transferências (a)	Baixas	Outros (b)	
Valor de custo								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.357.910	(1.257.857)	-	1.285.474	-	-	2.385.527
Direitos de uso de sistemas informatizados		5.501	-	-	(340)	(97)	-	5.064
Intangível		2.363.411	(1.257.857)	-	1.285.134	(97)	-	2.390.591
Intangível em construção		-	1.257.857	477.571	(1.278.562)	-	37.025	493.891
Total do custo		2.363.411	-	477.571	6.572	(97)	37.025	2.884.482
Valor de amortização								
Direitos de exploração da infraestrutura	(c)	(16.754)	-	(55.660)	(1)	-	-	(72.415)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.275)	-	(1.123)	-	28	-	(2.370)
Total amortização		(18.029)	-	(56.783)	(1)	28	-	(74.785)
Total geral		2.345.382	-	420.788	6.571	(69)	37.025	2.809.697

Não houve custos capitalizáveis no período findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 229.276 em 31 de dezembro de 2018 correspondente à taxa média de 9,86% a.a.).

Foram diminuídos dos ativos intangíveis, resultado de *hedge accounting* no montante de R\$ 1.206 em 31 de dezembro de 2019 (acrescidos ganhos de R\$ 12.557 em 31 de dezembro de 2018).

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) O valor de R\$ 24.558 refere-se à: (i) redução por transferência de saldo para o ativo financeiro no montante de R\$ 8.658 relativos a obras realizadas, (ii) redução por transferência de saldo para o resultado no montante de R\$ 13.367, (iii) aumento decorrente de transferência do saldo adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 51.117 e (iv) redução decorrente ressarcimento de obras efetuadas no montante R\$ 4.534; e
- (c) Amortização pela curva de benefício econômico.

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorrido	Saldos dos custos a apropriar em 2019	Vencimento final	2019	2018
<u>Em moeda nacional</u>							
1. BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	33.143	Outubro de 2042	2.369.791	2.392.384 (b) (c)
2. BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	11.335	Outubro de 2042	634.410	631.973 (b) (c)
3. BNDES	TJLP + 3,40% a.a.	3,4979% (a)	8.871	8.804	Outubro de 2042	399.877	-
Total geral				53.282		3.404.078	3.024.357
Circulante							
Financiamentos						63.004	55.891
Custos de transação						(3.452)	(3.444)
						59.552	52.447
Não Circulante							
Financiamentos						3.394.356	3.016.140
Custos de transação						(49.830)	(44.230)
						3.344.526	2.971.910

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Garantia real
(c) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement - ESA*) e fiança CCR até o *completion*

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>2019</u>
2021	54.919
2022	60.386
2023	65.772
2024	71.638
2025 em diante	3.141.641
	<u>3.394.356</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas.

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 2.013.678, com vencimento em 15 de outubro de 2042, sendo R\$ 1.622.378 do Subcrédito A, R\$ 388.300 do Subcrédito B e R\$ 3.000 do Subcrédito C.

Foram liberados integralmente os Subcréditos A e B, serão remunerados pela TJLP + 3,18% a.a. e o Subcrédito C pela TJLP. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de abril de 2018 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão capitalizados trimestralmente até 15 de março de 2018 e serão exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização do principal.

O financiamento já foi totalmente liberado, restando apenas a liberação do subcrédito C.

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o 1º aditivo ao contrato, cujas principais alterações foram: substituição do suporte da CCR na Fase I pela fiança corporativa da CCR e a inclusão de restrição de redução de capital social.

2. Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 640.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e em Subcrédito único.

Os recursos são remunerados pela TJLP + 4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de agosto de 2019 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de julho de 2019 e mensalmente a partir de 15 de agosto de 2019.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As liberações já efetuadas do financiamento (em moeda corrente), ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Valor
1ª	27/12/2017	R\$ 409.600
2ª	21/02/2018	R\$ 147.500
3ª	09/05/2018	R\$ 40.395
4ª	25/09/2018	R\$ 30.000
5ª	18/04/2019	R\$ 12.932
Total		R\$ 640.427

3. Em 26 de dezembro de 2018, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 400.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e com Subcrédito único.

Ocorreu liberação do crédito em 14 de fevereiro de 2019. Os recursos são remunerados pela TJLP + 3,4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de fevereiro de 2021 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de janeiro de 2021 e mensalmente a partir de 15 de fevereiro de 2021.

Os financiamentos descritos nos itens 1, 2 e 3, acima, contam com as seguintes garantias:

- (a) Cessão fiduciária do(s) direito(s):
- Ao recebimento da totalidade da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
 - Emergentes do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público;
 - Detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes de titularidade da Concessionária;
 - Em face do Agente de Pagamento, emergentes do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, celebrado entre Banco do Brasil (Agente de Pagamento), a Desenhahia e o Estado da Bahia, com adesão da Companhia;
 - Oriundos do Contrato de Garantia firmado entre a Companhia, a CEF (Agente Financeiro), o Fundo Garantidor Baiano de Participações (representado pelo Desenhahia) e o Estado da Bahia;
 - Em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Santander (Agente de Liquidação); e
 - Em face aos Agentes Arrecadores, emergentes dos contratos celebrados individualmente entre a Companhia e a Prosegur, o Transcard, a Getnet, o Metropasse e a CEF.
- (b) Penhor de 100% das ações da Companhia, detidas pela CPC.
- (c) Fiança corporativa da CCR, até o final da liquidação dos contratos de financiamentos, pelo pagamento de todas as obrigações assumidas pela Companhia.

A CCR será liberada da fiança corporativa após a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados do início da Operação Plena do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), do ICSD maior ou igual a 1,3, sendo que o ICSD é igual ao EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida, e relação Patrimônio Líquido/Ativo maior ou igual a 20%.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir das demonstrações financeiras relativas ao primeiro exercício completo após o início da operação plena, cada apuração de ICSD $\leq 1,10$, acarretará acréscimo de 1 ano ao prazo de vigência da Fiança Corporativa.

Adicionalmente, os financiamentos também contam com os seguintes suportes da CCR:

- (a) A partir da declaração de extinção da fiança corporativa, aportar recursos na conta reserva da concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplemento do Poder Concedente no pagamento da contraprestação pecuniária.

O suporte descrito acima se encerra após: (i) a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados a partir da liberação da fiança corporativa, de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado – Receita de Contraprestação/Serviço da Dívida; e (ii) quando for formalizado o procedimento a ser seguido para que os recursos arrecadados pelo Consórcio Transcard, que faz gestão do sistema de arrecadação operado pelos ônibus municipais, que sejam de direito do Metrô Bahia, sejam depositados na câmara de compensação.

As garantias prestadas pela Companhia, CPC e CCR serão compartilhadas entre os financiamentos celebrados com o BNDES.

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, a Companhia não poderá distribuir quaisquer recursos à acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2019	Vencimento final	2019	2018
1. 4a Emissão - Série única	120% do CDI	0,3095% (b)	1.603	-	Maio de 2020	-	125.940 (c)
2. 5a Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	2,0763% (a)	2.989	-	Novembro de 2019	-	402.974 (c)
Total Geral				<u>-</u>		<u>-</u>	<u>528.914</u>
Circulante							
Debêntures						-	468.566
Custos de transação						-	(2.057)
						<u>-</u>	<u>466.509</u>
Não Circulante							
Debêntures						-	62.512
Custos de transação						-	(107)
						<u>-</u>	<u>62.405</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se a taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantia:

(c) Aval/fiança da CCR S.A. na proporção de sua participação acionária indireta.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente:

1. Em 31 de maio de 2019, a 4ª emissão de debêntures foi integralmente liquidada antecipadamente.
2. Em 19 de fevereiro de 2019, foi integralmente liquidada a 5ª emissão de debêntures com recursos do financiamento do BNDES, assinado em 26 de dezembro de 2018.

15. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	117.429	162.462
Cauções e Retenções Contratuais	<u>2.365</u>	<u>6.236</u>
	119.794	168.698

Em dezembro de 2019, foi firmado e pago acordo extra-arbitral com os fornecedores Thales e Omnisys, a título de indenização, no valor total da indenização de R\$ 59.453. O valor foi registrado no resultado do exercício à rubrica Indenizações contratuais.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2018</u>		<u>2019</u>		Atualização de bases processuais e monetária	<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>		
Não circulante						
Cíveis	12	2.136	(21)	(1.501)	18	644
Trabalhistas e previdenciárias	235	1.194	(80)	(774)	30	605
	<u>247</u>	<u>3.330</u>	<u>(101)</u>	<u>(2.275)</u>	<u>48</u>	<u>1.249</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis e administrativos	268	1.127
Trabalhistas e previdenciárias	<u>1.083</u>	<u>1.173</u>
	<u>1.351</u>	<u>2.300</u>

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.745.342.

Em 2 de maio de 2019, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 90.000, dividido em 90.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 27 de junho de 2019, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 85.000, dividido em 85.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

18. Receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de construção (ICPC 01 R1)	98.625	504.901
Receita de contraprestação pecuniária - variável	31.945	28.659
Receitas de remuneração de ativo financeiro	229.063	250.147
Receitas metroviárias	270.100	217.148
Receitas de mitigação de demanda	157.869	-
Receitas acessórias	9.513	6.214
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	47	-
Receita bruta	<u>797.162</u>	<u>1.007.069</u>
Impostos sobre receitas	(1.172)	(888)
Devoluções e abatimentos	<u>(12)</u>	<u>(13)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(1.184)</u>	<u>(901)</u>
Receita líquida	<u>795.978</u>	<u>1.006.168</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(315.921)	(355.389)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(10.094)	(20.592)
Juros e variações monetárias sobre mútuo	-	(178)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(5)	(44)
Perda com operações de derivativos	(4.979)	-
Capitalização de custos dos empréstimos	-	237.615
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.633)	(5.940)
	<u>(333.632)</u>	<u>(144.528)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.391	5.161
Ganho com operações de derivativos	5.250	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	21	278
Juros e outras receitas financeiras	788	1.296
	<u>9.450</u>	<u>6.735</u>
Resultado financeiro	<u>(324.182)</u>	<u>(137.793)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2019			2018			
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos							
Caixa e bancos	321	-	-	-	2.277	-	-
Aplicações financeiras	67.374	-	-	-	78.024	-	-
Contas a receber	-	192.679	-	-	-	30.923	-
Ativo financeiro	-	1.939.616	-	-	-	2.020.735	-
Contas a receber - operações de derivativos	-	-	-	72	-	-	-
Adiantamento a fornecedor (b)	-	8.044	-	-	-	56.193	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	63	-	-	-	227	-
Passivos							
Debêntures (a)	-	-	-	-	-	-	(528.914)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(3.404.078)	-	-	-	(3.024.357)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(120.915)	-	-	-	(169.026)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(3.456)	-	-	-	(6.300)
Contas a pagar - operações de derivativos	-	-	-	(832)	-	-	-
	<u>67.695</u>	<u>2.140.402</u>	<u>(3.528.449)</u>	<u>(760)</u>	<u>80.301</u>	<u>2.108.078</u>	<u>(3.728.597)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

(b) Estes adiantamentos a fornecedor deverão ser convertidos em ativos financeiros.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas e ativo financeiro** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos:** Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Financiamentos em moeda nacional** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	-	-	531.078	537.420

- (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
 (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	2019	2018
Nível 2:		
Aplicações financeiras	67.374	78.024
Derivativos a pagar	-	(760)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e dos fluxos de pagamentos futuros em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

A Companhia contratou NDF's para proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos. Em 1º de novembro de 2019 os contratos foram liquidados.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos contratados para a Companhia:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados				Efeito acumulado				Resultado			
			Moeda local		Moeda local		Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
			2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018	2018	2019	2018	2019	2018		
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018	-	(760)	271	13.860	-	72	-	(832)	271	-	760	10.512				
TOTAL DAS OPERAÇÕES	-	(760)	271	13.860	-	72	-	(832)	271	-	760	10.512				

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	2019	2018
Riscos cambiais	271	-

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamentos com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
BNDES	TJLP ⁽³⁾	Outubro de 2042	3.457.360	(297.190)	(341.983)	(386.785)	
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		35.683	1.544	1.930	2.316	
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		31.691	1.364	1.705	2.046	
Total do efeito de ganho ou (perda)				(294.282)	(338.348)	(382.423)	
Efeito sobre os empréstimos e financiamentos				(297.190)	(341.983)	(386.785)	
Efeito sobre as aplicações financeiras				2.908	3.635	4.362	
Total do efeito de ganho / (perda)				(294.282)	(338.348)	(382.423)	
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:							
				CDI ⁽²⁾	4,40%	5,50%	6,60%
				TJLP ⁽³⁾	5,09%	6,36%	7,64%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3;
(3) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pelo BNDES;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (5) Os valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2019 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

21. Demonstração dos fluxos de caixa

- a.* Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	51.117	-
Ativo financeiro	(20.234)	-
Fornecedores	1.550	(8.802)
Fornecedores - partes relacionadas	-	4.916
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	32.433	(3.886)
Adições ao ativo intangível	(32.433)	3.886
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(32.433)	3.886

- b.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

- c.* Reconciliação das atividades de financiamento

	Financiamentos	Debêntures	Capital social	Total
Saldo Inicial	(3.024.357)	(528.914)	(1.570.342)	(5.123.613)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações (líquidas dos custos de transação)	(404.749)	-	-	(404.749)
Aumento de Capital	-	-	(175.000)	(175.000)
Pagamentos de principal e juros	340.968	538.989	-	879.957
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(63.781)	538.989	(175.000)	300.208
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária	(315.940)	(10.075)	-	(326.015)
Total das outras variações	(315.940)	(10.075)	-	(326.015)
Saldo Final	(3.404.078)	-	(1.745.342)	(5.149.420)

22. Eventos subsequentes

• **Notas promissórias**

Em 17 de janeiro de 2020, ocorreu a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, cujos recursos foram utilizados para reforço de caixa. O valor da emissão foi de R\$ 58.000, com custo de CDI + 0,76% a.a. e vencimento em 16 de janeiro de 2021. A emissão conta com aval da CCR S/A.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Coronavírus**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora da Companhia instalou comitê, o qual está avaliando as possíveis medidas a serem tomadas, diante dos eventos que estão ocorrendo.

Composição da Diretoria

Rodolfo Daniel Gonzalez
Roberto Vollmer Labarthe

Diretor Presidente
Diretor Administrativo Financeiro

Composição do Conselho de Administração

Luís Augusto Valença de Oliveira
Igor de Castro Camillo
Luciano José Porto Fernandes

Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/BA